



PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- v. A concretização de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de objetivos temáticos e prioridades de investimento identificados no Acordo de Parceria.
- vi. Os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial são aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as Comunidades Intermunicipais/ Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das Autoridades de Gestão (AG) dos Programas Operacionais (PO)

mobilizados, das CCDR, da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, e por peritos exteriores à Administração Pública.

- vii. Com a conclusão do processo de seleção e de aprovação de cada um dos Pactos, a sua gestão será formalmente contratualizada com as AG dos PO financiadores, conforme o previsto no n.º 7 do artigo 65.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro.
- viii. Na sequência do convite para apresentação de candidaturas, de 12 de Novembro de 2014, para o reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT), a 25 de fevereiro de 2015 foi reconhecida, pela respetiva Comissão de Avaliação, a EIDT para a NUTS III das Beiras e Serra da Estrela.
- ix. A 17 de Março de 2015 foi publicado o Convite nº 3/ 2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.
- x. O processo de seleção dos PDCT envolveu duas fases, conforme previsto no ponto 4.6 do Convite, a 1ª fase relativa à avaliação da coerência e qualidade do PDCT e a 2ª fase relativa à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do Pacto.
- xi. O processo de negociação, correspondente à 2ª fase, permitiu concluir um acordo entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, neste ato representada por Ana Abrunhosa que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro e no Despacho nº 6756/2014, de 23 de Maio.

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR), neste ato representada por Helena Azevedo que outorga na qualidade de



Presidente da Comissão Diretiva, nos termos previstos na Resolução de Conselho de Ministros nº 73-B/2014, de 16 de dezembro;

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

e a

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, neste ato representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, Vítor Manuel Pereira.

O presente Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

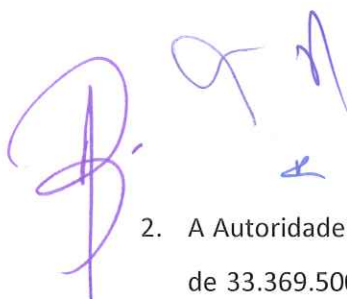
Objeto

O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (adiante designado de Pacto) é celebrado ao abrigo do artigo 65º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão (AG) dos PO financiadores apoiam o programa de ação acordado com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (adiante designada por CIM Beiras e Serra da Estrela), e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

1. Para o financiamento do Pacto, as Autoridades de Gestão dos PO financiadores asseguram para o período de vigência do Programas um apoio global de Fundo que totaliza 44.599.200,00 euros.



2. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro assegura um apoio de 33.369.500,00 euros FEDER e de 9.000.000,00 euros FSE, que totalizam um montante de 42.369.500,00 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) assegura um apoio de 800.000,00 euros do Fundo de Coesão, para comparticipar os projetos enquadrados nas Prioridades de Investimento previstas no Anexo 1.
4. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 1.429.700,00 euros do FEADER, para comparticipar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 1.
5. Os compromissos assumidos para algumas das prioridades de investimento estão condicionados à conclusão dos processos de mapeamento previstos nos textos dos PO, nos casos em que se aplicam.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. A CIM Beiras e Serra da Estrela compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos PO financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às prioridades de investimento/ tipologias de operações contratualizadas no Pacto (Anexo 2).
2. Nos termos do n.º 10 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, o Pacto integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista na cláusula 2.ª, ao nível do PO e Fundo, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O Pacto é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas,



conforme definido no ponto 9.2. do convite n.º3/2015 ao abrigo do qual o presente Pacto foi selecionado.

4. A CIM Beiras e Serra da Estrela, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos PO financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente cláusula a CIM Beiras e Serra da Estrela compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do Pacto, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2019, com informação reportada até 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente Pacto produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas Operacionais e não for denunciado por algum dos subscritores.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do Pacto

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da CIM Beiras e Serra da Estrela enquanto organismo intermédio, onde se incluem elementos previstos nas alíneas a) e d) do n.º 7 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos PO financiadores na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma.
2. Relativamente ao FEADER, a delegação de competências associada à concretização do presente Pacto será também objeto de adenda a celebrar entre a AG do PDR 2020 e a CIM Beiras e Serra da Estrela.

3 – Fazem ainda parte integrante do Pacto os seguintes anexos:

Anexo 1: Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

Anexo 2: Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 3: Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Coimbra, 31 de agosto de 2015

O presente Pacto é feito em quadruplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro (Centro 2020)



Ana Abrunhosa

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na
Utilização dos Recursos (PO SEUR)



Helena Azevedo

A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020



Patrícia Cotrim

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Beiras e Serra da Estrela



Vítor Manuel Pereira

Handwritten signature in purple ink, possibly reading "P. 9", with a small blue arrow pointing left.

ANEXOS

[Handwritten signature in blue ink]

ANEXO 1 – Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento

Anexo 1

Quadro de financiamento por Programa Operacional, Fundo e Prioridade de Investimento ou Medida

CIM BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

Prioridades de Investimento/ Medida		Programa Operacional	Eixo Pacto	FEDER	FSE	FUNDO COESÃO	FEADER	Fundo Total
03.M04	Investimentos em ativos físicos	PDR	Consolidar uma Região sustentável				1.429.700,00	1.429.700,00
02.03	O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, inclusão, cultura em linha e saúde em linha.	PO CENTRO 2020	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	2.600.000,00				2.600.000,00
04.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis	PO CENTRO 20210	Consolidar uma região sustentável	7.650.000,00				7.650.000,00
05.02	Promoção de investimentos para abordar riscos específicos... desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	POSEUR	Consolidar uma Região sustentável			800.000,00		800.000,00
06.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	PO CENTRO 2020	Reforçar a atratividade e conectividade do território	5.859.500,00				5.859.500,00
08.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	PO CENTRO 2020	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento		2.500.000,00			2.500.000,00
08.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	PO CENTRO 2020	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	1.500.000,00				1.500.000,00
09.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	PO CENTRO 2020	Promover uma região inclusiva	670.000,00				670.000,00
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário	PO CENTRO 2020	Promover uma região inclusiva		6.500.000,00			6.500.000,00
10.05	Investimentos na educação, na formação e na formação profissional	PO CENTRO 2020	Promover uma região inclusiva	15.090.000,00				15.090.000,00
Total				33.369.500,00	9.000.000,00	800.000,00	1.429.700,00	44.599.200,00
		Total PO CENTRO 2020		33.369.500,00	9.000.000,00	0,00	0,00	42.369.500,00
		Total PO SEUR		0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
		Total PO ISE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total PDR		0,00	0,00	0,00	1.429.700,00	1.429.700,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

Handwritten signatures in blue and purple ink.

ANEXO 2 – Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

Anexo 2 - Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do Pacto (realização e resultado) para 2018 e 2023

9 2

[Handwritten signature in blue ink]

ANEXO 3 – Pacto aprovado pelas AG dos Programas financiadores

Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-019 Versão 7

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico



Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA
Morada (Sede Social)	
Rua D. Sancho I Nº 3	
Código Postal	Localidade
6300-548	GUARDA
NUT III	NUT II
Beiras e Serra da Estrela	Centro
Telefone	E-mail
271205350	geral@cimbse.pt
Telefax	URL

Tipologia de Beneficiário

Associações de autarquias locais - Comunidade Intermunicipal

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
António José Dinis Miraldes	271205355
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Chefe equipe/coordenador	962269694
Serviço/Departamento	Email Responsável
Gab. Planeamento Estrat., Ass. Téc. Proj.	coordenador@cimbse.pt
	Email Alternativo
	geral@cimbse.pt

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

Neste contexto, importa, desde logo, salientar que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela – CIM-BSE - resulta do processo de fusão da Comunidade Intermunicipal das Beiras – Comurbeiras - e da Comunidade Intermunicipal da Serra da Estrela, no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Para além da promoção de eficiência e coerência de intervenção territorial que a reunião numa CIM de 15 municípios vem promover, este processo vem também colocar desafios ao planeamento e acção conjunta dos Municípios próprios de uma estrutura mais recente. Neste âmbito, a experiência que cada uma das CIM individuais desenvolveu no quadro comunitário anterior é certamente um activo importante na delineação, operacionalização e acompanhamento de projectos no ciclo 2014-20.

No que se refere ao QREN, e de acordo com a análise elaborada pela CCDRC, a NUT II Centro foi a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do Quadro, com 27,3% do total de fundos aprovados em Portugal. No âmbito de todas as subvenções contratualizadas entre as CIM da Região Centro e o “Mais Centro” foram aprovadas, até ao final de 2013, 666 candidaturas, a maioria das quais na área da Educação (requalificação do parque escolar) e da mobilidade territorial. Da análise comparativa das CIM da Região Centro, no que respeita à taxa de realização e do valor de FEDER aprovado, é de destacar que enquanto a Comurbeiras apresentou níveis de aprovação baixos mas taxas de realização elevadas, a CIM-SE registou, simultaneamente, taxas de realização e valores de aprovações reduzidos.

Do ponto de vista de governação, a implementação dos dois Planos Territoriais de Desenvolvimento (Comurbeiras e CIMSE), resultaram nas seguintes oportunidades de melhoria, que importa considerar no exercício de planeamento em curso:

- Fomentar a discussão, a consensualização e o compromisso em torno dos eixos estratégicos e projectos-âncora intermunicipais, envolvendo todos os presidentes dos municípios que compõem a CIM;
 - Alargar o exercício de discussão em torno dos projectos-âncora a todos os agentes de desenvolvimento do território;
 - Definir à partida o modelo de distribuição do financiamento público – critérios de distribuição objectivos que obedeçam a um modelo de desenvolvimento que garanta a coesão territorial - antes da negociação contratual com a CCDRC;
 - Procurar fontes de financiamento alternativas (públicas ou privadas) para a execução de projectos que materializem a estratégia definida para o território – e que não estejam abrangidos pela contratualização - negociando com a CCDRC e com a administração central o financiamento ou co-financiamento dos mesmos;
 - Implementar um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação que permita conhecer a todo o momento o progresso da implementação da estratégia e os efeitos por ela produzidos.
 - A ausência de um dispositivo de monitorização estratégica e de avaliação dos instrumentos de planeamento e de programação das políticas na implementação dos PTD, limitou a existência de informação centralizada sobre o investimento público e privado e o seu impacto no território. A informação encontra-se actualmente dispersa pelos diversos gestores de programa e promotores de projectos, de natureza material ou imaterial, não contratualizados pela Comunidade Intermunicipal.
 - A monitorização estratégica e a avaliação dos instrumentos de planeamento/programação das políticas públicas constituem uma dimensão relevante no processo de gestão e desenvolvimento dos mesmos. A existência de um dispositivo desta natureza assume uma importância estratégica. Trata-se de uma função tanto mais relevante quanto a concepção, a programação, a gestão e a execução de um Programa Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal converge numa pluralidade de objectivos específicos e operacionais, uma multiplicidade de acções, de iniciativas e de projectos, a par de uma diversidade de actores públicos, associativos e privados com níveis de interesse e de envolvimento distintos.
- Em suma, as estruturas que vieram a formar a nova CIM apresentam experiência na definição de Planos, gestão e acompanhamento de projectos e ligação com as respectivas Autoridades do Quadro comunitário, sendo que o processo de fusão deve ser encarado como uma oportunidade de agilizar e tornar a estrutura de governação mais eficiente.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	Valorização dos recursos florestais
600082466	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	Valorização dos recursos florestais

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Beiras e Serra da Estrela

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

As Beiras e Serra da Estrela (BSE) formam um território de baixa densidade, em que o declínio demográfico, a reduzida densidade populacional e o envelhecimento populacional resultam numa ameaça com impacto ao nível do potencial de crescimento económico e no combate à exclusão social.

Em 2013, a população das BSE representa 10% do total da população do Centro, que compara com os 11% em 2003. O declínio populacional registado, entre 2003 e 2013, na NUT II Centro de 2,35 milhões para 2,28 milhões de habitantes está também reflectido nas BSE. A densidade populacional das BSE (45 habitantes por km²) situa-se significativamente abaixo da média do Centro (81 habitantes por km²), com destaque para a Serra da Estrela (25 habitantes por km²).

A Beira Interior Norte é a NUT III com o maior número de habitantes (99.992), seguida da Cova da Beira (84.622) e da Serra da Estrela (42.133). Ao nível municipal, destacam-se as cidades da Covilhã, Guarda, Fundão e Seia.

As bases do declínio populacional do Centro e das BSE devem-se, entre outros, a fenómenos de abandono dos espaços rurais e aos elevados fluxos migratórios, bem como ao envelhecimento populacional.

Entre 2003 e 2013, o peso da população jovem no total da população tem vindo a diminuir nas BSE, com destaque para a Serra da Estrela. Em 2013, a população jovem ascende a 13,3% do total, face aos 11% das BSE. O número de nascidos vivos também diminuiu substancialmente entre 2003 e 2013 tanto nas BSE como na região Centro, o que indica problemas de sustentabilidade demográfica.

Em contraste, a importância relativa da população idosa (65 ou mais anos) na estrutura populacional tem vindo a aumentar. O índice de envelhecimento das BSE aumentou de 187 em 2003 para 250 em 2013.

Em matéria de Educação, o território da CIM-BSE apresenta alguns indicadores favoráveis (escolarização, por exemplo), nomeadamente na comparação com a média do Centro, mas apresenta espaço de melhoria sobretudo nos indicadores de abandono e de sucesso escolar.

No ano lectivo 2012/13, a percentagem de alunos matriculados i) no ensino superior nas BSE (22%) é superior à média do Centro (18%); ii) no 2.º ciclo do ensino básico e secundário é idêntica à do Centro; e iii) no pré-escolar, 1.º e 3.º ciclos do ensino básico é inferior ao Centro.

As BSE registam uma diminuição de alunos de 21% entre os anos lectivos de 2008/2009 e 2012/2013, de 52.320 para 41.553 alunos matriculados, que compara com tendência idêntica no Centro ainda que menos significativa (15%).

Em 2011, a taxa de abandono escolar das BSE era de 17,3%, que comparava favoravelmente com o panorama do Centro cuja taxa foi de 18,8%. No panorama municipal, Figueira de Castelo Rodrigo e Celorico da Beira apresentavam indicadores mais preocupantes com taxas de 28,2% e 25,4% respectivamente.

Em 2013, a taxa de escolarização bruta no ensino básico das BSE (113,5%) é ligeiramente superior à registada no Centro (110,2%), tal como no ensino secundário em que os 131,7% das BSE comparam com os 118,8% do Centro. Entre 2007/08 e 2012/13, a taxa de escolarização diminuiu no ensino básico aumentou nos ensinos secundário e superior.

A análise do insucesso escolar nas BSE, tendo por base a taxa de retenção e desistência no 3.º ciclo do ensino básico, permite constatar para o ano lectivo de 2007/2008, que as BSE apresentavam uma taxa (12%) em linha com a do Centro (11,9%) e que em 2012/13, esse posicionamento revelou-se mais favorável (13,1% das BSE face aos 14,2% do Centro) apesar do seu aumento.

Já a taxa de transição/conclusão do ensino secundário aumentou no ano lectivo 2012/13 nas BSE (83%) compara favoravelmente com a do Centro (82%).

O padrão de especialização da economia das BSE revela um elevado grau de terciarização, superior ao da região Centro e em linha com o País (76,7%), a par de uma redução do peso da indústria mais acentuada face à região Centro.

A evolução do VAB entre 2007 e 2013 nas BSE revela que o Sector Primário contraiu 8,4% (mais do que no Centro cuja contracção foi 0,8%), que o Secundário contraiu 12% (tal como o Centro) e que o Terciário apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente abaixo do crescimento registado na região Centro (5,9%). No sector empresarial, as BSE revelam alguma vocação exportadora, mas com declínio recente, uma

elevada concentração das vendas num número reduzido de empresas e baixos índices de empreendedorismo.

Os indicadores económicos das BSE traduzem um tecido económico marcado pelas seguintes características: carácter territorialmente disperso, dimensão reduzida, fraca vocação exportadora e capacidade inovadora limitada.

Em 2012, a densidade do tecido empresarial das BSE (4 empresas/km²) equivale a metade da região Centro (8 empresas/km²) reflectindo um tecido económico relativamente disperso.

A proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores nas BSE manteve-se relativamente estável (de 96,5% em 2007 para 97% em 2012), traduzindo a reduzida dimensão do tecido económico, com destaque para a Beira Interior Norte com 97,4%. Do total de 20.581 empresas nas BSE em 2012, a maioria localizava-se na Covilhã (4.306), Guarda (4.194) e Fundão (2.629). O volume de negócios por empresa nas BSE (138 mil €) é inferior ao da média do Centro (255 mil €).

A taxa de cobertura de importações por exportações nas BSE diminuiu de 155% em 2004 para 131% em 2013 enquanto no Centro aumentou de 112% para 125% em igual período. O peso das exportações no PIB aumentou genericamente nas BSE, sobretudo na Beira Interior Norte (de 8% em 2004 para 21% em 2013) e Cova da Beira (de 21% em 2004 para 22% em 2013), tendo permanecido inalterado na Serra da Estrela.

As exportações de bens de alta tecnologia diminuíram significativamente, sendo que as BSE passou de uma proporção de 2,4% em 2004 para apenas 0,3% em 2013. De salientar que as exportações de bens de alta tecnologia diminuíram cerca de 40% entre 2004 e 2013. Ao nível de NUTS III, realça-se que a tendência generalizada de queda ao longo do período está em linha com o que se verificou na CIM-BSE.

Observa-se também uma elevada disparidade na criação de riqueza entre as NUTS III do Centro, sendo que, em 2013, o PIB per capita a preços correntes das NUTS III do litoral era 15.118€ face aos 11.948€ das NUTS III do interior. As BSE asseguram apenas 10.838€ por habitante abaixo da média das NUTS III do interior, com um dos níveis de criação de riqueza por habitante mais baixos a nível nacional.

Em 2012, o número de empresas criadas é consistentemente inferior ao número de empresas encerradas nas BSE, atendendo à taxa de natalidade de 10,2% e à taxa de mortalidade de 16%, que comparam, respectivamente com 11,1% e 17% no Centro.

No que se refere ao lucro tributável em sede de IRC por habitante, é notória a quebra de 11% e 12% no lucro tributável por habitante da região Centro e CIM-BSE entre 2008 e 2011. Já o índice sintético de desenvolvimento regional entre 2007 e 2011 revela uma evolução positiva (de 97,4 para 99,2) face ao Centro (de 98,5 para 98,6).

De relevar também a evolução da disparidade do PIB per capita para uma base de 100 da região Centro.

Ainda que a capacidade de criação de valor per capita de cada uma das três regiões das BSE se tenha vindo a aproximar da capacidade do Centro em 2013, era ainda nesse ano larga a diferença em algumas destas regiões económicas. A Serra da Estrela destaca-se pela negativa, com um PIB per capita de 62% da região Centro.

No que se refere à protecção social, são de relevar, em 2013, indicadores de risco social preocupantes face à média do Centro, nomeadamente a maior proporção de beneficiários do subsídio de desemprego com 55 ou mais anos (21,7 face a 18); o maior número de beneficiários do RSI por mil habitantes em idade activa (37,1 face a 27); o maior número de fogos de habitação social por mil habitante (3,9 face a 3,4); ou a menor taxa de utilização das respostas sociais para idosos (75,6 face a 80,4)

Em matéria de Saúde, o número de consultas por habitante entre 2008 e 2012 diminuiu nas BSE de 3,2 para 3,1. Seguindo a mesma tendência, o valor do consumo de medicamentos por habitante no âmbito do SNS e em ambulatório diminuiu em todas as regiões da CIM-BSE entre 2009 e 2012, uma média de 18%. Em termos médios, as BSE dispunham em 2012 de menos 1,4 médicos por 1000 habitantes do que o agregado da região Centro.

No sentido de contextualizar as BSE em termos de indicadores de Sociedade de Informação, merece referência o facto de o número de alunos por computador com internet nas escolas ter aumentado 32% entre os anos lectivos 2008/2009 e 2012/2013 nas BSE face aos 50% do Centro.

Em 2011, a proporção de declarações de IRS entregues online das BSE (79%) foi inferior à média da Região Centro (86%). Em todo o caso, merece referência a evolução de 19 p.p. deste indicador nas BSE desde 2007.

Em termos de representatividade, e usando como referência um índice para cada NUT III do Centro composto pela superfície do território (50%) e a respectiva população (50%), conclui-se que o conjunto de 15 municípios das BSE representam 16,2% da NUT II Centro. Atendendo ao índice de disparidade do PIB face à média regional, conclui-se que o desvio total das CIM da Região Centro é de 234,4, com as NUT III da CIM-BSE a representarem 46,9% deste desvio total.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Atracção de investimentos estruturantes e acolhimento de empresas de base tecnológica
- Reindustrialização do território
- Criação de centros de competências em diversas áreas
- Construção e requalificação de infra-estruturas: transportes, comunicação, regadios e barragem
- Atracção e fixação de quadros qualificados como base de rejuvenescimento económico e populacional
- Elevado número de habitações devolutas
- Procura de produtos de qualidade
- Oferta turística diversificada alavancada nos recursos endógenos e nas marcas do território
- Certificação Territorial (ex. Carta Europeia de Turismo Sustentável)
- Potencial económico e ambiental das renováveis e dos recursos florestais
- Potencial de dinamização entre empresas e o sistema científico e tecnológico
- Estruturação de projectos de cooperação transfronteiriça
- Fortalecimento de PPP

Principais Pontos Fortes

- Localização geográfica estratégica no contexto Ibérico
- Recursos e património natural:
 - o Origem da Água: Bacias hidrográficas dos Rios Douro, Tejo, Mondego e Zêzere (barragens, abastecimento de água, energia, pesca, turismo)
 - o Maior rede de áreas protegidas do País: Serras da Estrela, Malcata, Gardunha e Côa
- Potencial turístico e unidades de alojamento
- o Turismo rural, natureza e ambiental
- o Termalismo
- Imagem da marca "Serra da Estrela"
- Produtos endógenos de qualidade
- Entidades e Competências:
 - o Centros e unidades de investigação
 - o Agências de desenvolvimento e Parques industriais e tecnológico com especializações
 - o Capacidade de atracção de empresas em sectores emergentes
 - o Infra-estruturas de Educação, Cultura, Lazer e equipamentos sociais

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Principais Ameaças

- Condições Macroeconómicas
- Persistência de debilidades no plano de acessibilidades e em infra-estruturas
- Concorrência directa de territórios mais competitivos e atractivos e de sistemas urbanos em desenvolvimento
- Custos de contexto associados à interioridade
- Alterações climáticas
- Continuação do processo de desertificação humana (decrésimo e envelhecimento populacional) e do solo
- Território de baixa densidade
- Desafios colocados com o processo recente de fusão de unidades administrativas (CIM) num território com fraca cultura de cooperação

Principais Pontos Fracos

- Evolução demográfica desfavorável: envelhecimento, desertificação, abandono dos espaços rurais e fluxos migratórios
- Nível de qualificações da população e abandono escolar
- Tecido produtivo dominado por empresas de reduzida dimensão e fraca capacidade de internacionalização
- Recurso limitado à inovação nos sectores tradicionais e nas TIC
- Desarticulação e fragmentação da oferta turística
- Articulação entre entidades/serviços de apoio ao empreendedorismo
- Debilidades na cobertura de banda larga
- Ineficiência das plataformas logísticas, transporte aéreo de passageiros e mercadorias
- Cobertura deficitária de transportes públicos
- Limitações à ocupação e utilização do território e degradação do solo
- Cobertura insuficiente do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais

Em matéria de desafios e factores críticos de sucesso da Estratégia das BSE e respectivo Plano de Acção, há a destacar dois grandes grupos:

? Desafios Transversais às Abordagens Territoriais Integradas:

? Aposta nas redes de cooperação, desenvolvendo projectos que resultem da participação conjunta dos stakeholders locais (municípios, empresas, entidades do sistema científico e tecnológico e outros facilitadores)

? Especialização produtiva inteligente: combinação virtuosa de áreas de conhecimento e sectores de actividade económica

? Enfoque nas infra-estruturas existentes: alavancar as estruturas existentes, apostando na sua dinamização numa lógica integrada, bem como em iniciativas imateriais

? No caso das Beiras e Serra da Estrela, destacaria adicionalmente os seguintes factores críticos de sucesso da Estratégia e respectivo Plano de Acção

? Governação e o seu modelo de estruturação dos projectos a realizar

? Monitorização e avaliação reportando para mecanismos a implementar

? Reconhecimento pelas políticas e respectivos instrumentos da baixa densidade e discriminação positiva

- Ligação do território das BSE com diversas geometrias, que vão para além das unidades estatísticas (NUT) e administrativas (CIM), uma vez que a dimensão territorial nem sempre coincide com a área de intervenção económica

i) Cooperação transfronteiriça (Castela Leão e Extremadura)

ii) Outras Comunidades Intermunicipais: nomeadamente CIM-Beira Baixa

iii) Grupos de Acção Local

? Optimização das fontes de financiamento pelo recurso a diversos Programas e Instrumentos para além da contratualização ou do próprio Programa Operacional Regional

? Empregabilidade

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

Dentro de 10 anos, a região das BSE quer ser a líder de crescimento do interior do País, sendo reconhecida como uma região atractiva para novas actividades económicas, uma origem de marcas diferenciadas, um destino turístico de qualidade, e como tal, uma referência nacional na valorização de recursos endógenos. Pretende que os seus cidadãos alcancem níveis de qualificação, oportunidades de desenvolvimento profissional e acesso a cuidados de saúde alinhados com a média nacional. Os patrimónios histórico, cultural e natural, bem como a cooperação transfronteiriça, continuarão a ser centrais para a diferenciação e para o crescimento sustentável da Região, resultando numa evolução demográfica mais favorável que a do País. Nesse sentido, é missão das BSE, da respectiva CIM e da sua actuação i) desenvolver um processo de integração interna e de convergência acelerada com os indicadores socioeconómicos nacionais; ii) alinhar prioridades e a coordenação de iniciativas, tendo em vista a utilização eficiente de financiamentos públicos e a captação de investimentos privados, resultando em projectos com impactos visíveis na eficiência do uso de recursos públicos, na especialização inteligente da Região, na qualidade de vida das populações e na utilização sustentável do território.

O posicionamento estratégico das BSE em matéria de recursos e competências coloca ênfase na lógica de valorização entre recursos – produtos – actividades. Esta trilogia reflecte, no entender da CIM-BSE a importância de aproveitar os recursos para actividades que promovam a criação de riqueza e a qualidade de vida dos cidadãos. Reconhece também o facto de nem todos os Municípios e respectivos territórios disporem do mesmo tipo e quantidade de recursos.

Atendendo ao perfil de baixa densidade do seu território, a CIM-BSE considera crítico ultrapassar os problemas de atractividade populacional e económica, apostando em respostas concertadas, de envolvimento activo dos agentes locais na implementação de projectos-âncora que, através da resolução de falhas de mercado, do incremento de valor ou da redução de custos atraiam investimento, criem riqueza e postos de trabalho e, dessa forma, quebrem o ciclo vicioso da desertificação populacional e dinamizem o território.

No que se refere ao perfil de especialização económica visado para as BSE, há a referir quatro apostas:

- Actividades agrícolas e florestais: produtos do território e floresta
- Turismo: Marcas territoriais e infra-estruturas rurais existentes (Serra da Estrela, Aldeias de Xisto, Aldeias Históricas, Aldeias de Montanha e Rede de judiarias, etc); património e actividades culturais; e património paisagístico
- Indústria: Têxtil, Metalomecânica, Granitos
- Sectores emergentes: Serviços às empresas, TIC, Saúde e bem-estar – aproveitamento de competências

na área da saúde e na rede de equipamentos termais como base de aposta na prestação de cuidados de saúde e segmentos de turismo especializados (senior e bem-estar)

Alguns destes sectores decorrem dos factores diferenciadores da Região, como é o caso dos produtos do território obtidos através de actividades agrícolas (frutas, produtos hortícolas, lacticínios) e florestais, mas também as actividades turísticas e os diversos segmentos de actuação, com base no património natural e cultural.

Em outros sectores, havendo já tradição no território, visa-se fundamentalmente um reforço de actuação numa lógica de avanço na cadeia de valor e de aumento de componente inovadora e vocação exportadora. De referir, em particular, o reforço do sector industrial em actividades como o têxtil, a metalomecânica ou os granitos.

Um terceiro grande grupo de sectores de aposta posiciona-se ao nível do reconhecimento de competências e potencial das BSE, designados sectores emergentes, como sejam as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), serviços partilhados, inovação rural e serviços relacionados com a saúde e bem-estar. A estratégia territorial proposta pelas BSE e respectivo perfil de especialização visado encontram-se alinhados com os princípios da Estratégia Europa 2020 – Crescimento sustentável, inteligente e inclusivo – da Estratégia Regional – Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente- bem assim com as áreas temáticas de intervenção da Estratégia de Investigação e de Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3). É, portanto, de salientar a preocupação das BSE de, com base nos seus recursos e vantagens competitivas, se alinhar com os sectores que a própria Região Centro já identificou como estratégicos – Agricultura, Floresta, Turismo, TICE, Saúde e Bem-estar e Inovação rural.

O plano estratégico das BSE, estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos:

- Reforçar a atractividade e conectividade do território
- Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento
- Promover uma Região inclusiva
- Consolidar uma Região Sustentável

Estes quatro eixos estão balizados por dois eixos transversais ao Plano, isto é:

- Governação da EIDT: que reflecte a importância de capacitar a CIM-BSE para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano. Outros princípios de governação explicitamente reconhecidos respeitam a sistemas de co-decisão, projectos de geometria variável que podem, inclusive, ultrapassar os limites territoriais das Beiras e Serra da Estrela e lógicas de parceria público-privada cujo âmbito varia em função do projecto;
- Interconectividade da Região com a sua envolvente externa: através do qual os Municípios reconhecem que o exercício de planeamento ao realizar um diagnóstico macro e ao preconizar um conjunto de intervenções estruturantes, não fica limitado pelas fronteiras territoriais das BSE ou pela lógica da fonte de financiamento e respectiva elegibilidade.

Tendo presente esta estrutura de eixos de intervenção, os 15 Municípios da CIM-BSE realizaram um conjunto de eventos onde, através de fóruns com âmbitos variáveis, discutiram abordagens estruturantes plasmadas em cinco áreas temáticas:

1. Inovação, internacionalização e atracção de investimento: o racional de intervenção dos Municípios em estreita parceria com o sector privado, científico e tecnológico e associativo é o de criar condições de dinamização do mercado local, seja através da internacionalização de negócios, seja através da atracção de investimento. Do exercício de planeamento resultam as seguintes intervenções-âncora: a incubadora para a revitalização económica nas componente de regeneração urbana e de eficiência energética e a Agência para o Investimento, Inovação e Internacionalização.
2. Turismo e agro-industrial: o racional de intervenção está directamente associado às valências e recursos diferenciadores da Região e ao potencial em dinamizar as marcas com reputação e reconhecimento no mercado – Serra da Estrela, Aldeias Históricas, Aldeias de Xisto, Beira Baixa, Côa e Cova da Beira – a produtos do território e ao respectivo património cultural como fonte de promoção económica de produtos (ex. queijo amarelo, queijo da Serra, cereja do Fundão, enchidos da Beira Baixa, requeijão de Seia, compotas de Trancoso) e serviços (ex. turismo). Trata-se de um domínio de especialização inteligente (RIS3), no sentido de combinação virtuosa de competências e complementar de actividades, em que a inovação é promovida pela abordagem integrada de mercado cuja intervenção-âncora é a associação entre marca-chapéu, produto do território e destino turístico;
3. Infra-estruturas, logística e mobilidade: o racional de intervenção prende-se com o aproveitamento das infra-estruturas existentes, através de uma articulação concertada entre os 15 Municípios, que confere prioridade à partilha de recursos e ao aprofundamento da multimodalidade dos interfaces de transporte e das redes logísticas. Tal aprofundamento é condição para a coerência e eficiência dos sistemas, bem como para a competitividade e valorização territorial de baixa densidade. Esta área conta com as seguintes intervenções: serviços partilhados através da constituição de um parque intermunicipal de máquinas e de recursos; promoção da mobilidade sustentável em baixa densidade; e eficiência nas infra-estruturas básicas

de água e saneamento;

4. Capital humano e modernização e administrativa: o racional da intervenção está em linha com o veiculado no Portugal 2020, de que a formação e as qualificações são um elemento importante para a modernização da Administração Pública e a promoção da sua eficiência. Um outro elemento que a CIM-BSE pretende potenciar é a partilha de serviços e, nesse sentido, o projecto-âncora prende-se com os serviços partilhados na Região, na componente de estratégias e plataformas digitais;

5. Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social: o racional centra-se em promover a qualidade e o bem-estar da população residente, mas também, e numa lógica de aproveitamento dos equipamentos existentes e das valências endógenas, em dinamizar esse sector de actividade. Há a referir a iniciativa de capacitação da rede de cuidados de saúde e sociais nas componentes de capacitação de serviços de telemedicina, unidades móveis de saúde, de rede social supramunicipal e de serviços partilhados numa lógica de rede, eficiência e resposta às características geográficas, demográficas e socio-económicas do território.

Em suma, a visão estratégica do território das BSE resulta de um exercício colectivo e concertado das forças vivas da Região, de que os Autarcas são orquestradores, mas que requer as competências e contributos do meio empresarial, associativo, científico e tecnológico e de outras entidades de âmbito regional para assegurar coerência e eficiência de resultados. Esta actuação conjunta no território nas diversas áreas temáticas contribuirá para o alcance das seguintes metas macro em 2025, tal como definido em sede de EIDT:

- Peso das exportações no PIB: 30% face aos 17% em 2013
- Despesas de I&D no PIB: 1,5% face aos 0,8% em 2012
- Taxa de natalidade das empresas: 15% face aos 10% em 2012
- PIB per capita: 15.000€ face aos 10.370€ em 2013
- Abandono escolar precoce: 12% face aos 17% em 2011
- Taxa bruta de escolarização do ensino superior: 55% face aos 45% em 2013/14
- Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário: 40% face aos 31% em 2010/11
- Índice de disparidade do PIB por habitante: 85% face aos 74% em 2013.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A consideração dos actores e protagonistas da estratégia de intervenção e de actuação da CIM-BSE é um dos pilares do posicionamento estratégico daquele território. As BSE visam apostar projectos que promovam e potenciem a escala multimunicipal, as redes de cooperação, a especialização produtiva inteligente e a utilização de infra-estruturas existente. O sucesso do planeamento estratégico depende do planeamento colectivo e envolvimento de uma miríade de agentes locais (empresários, associações, entidades educativas, tecnológicas, de saúde, bem como públicas).

A combinação de áreas de conhecimento e de sectores de actividade económica, inerente à especialização produtiva inteligente, exige, desde logo, contributos do sector público, mas também privado e associativo, pelo que a co-promoção de projectos e a constituição de consórcios é crítica para o alcance de escala, sobretudo num território como as BSE caracterizado pela baixa densidade e potenciado por tendências de desertificação e envelhecimento populacional.

A CIM-BSE estrutura a sua Estratégia e Plano com base nos princípios de parceria, utilização conjunta de recursos, visando sinergias que extravasam as suas fronteiras geográficas e administrativas.

A este respeito, merece referência boas práticas de acção cooperativa que deve ser potenciada: estruturas como o Conselho Empresarial das Beiras e Serra da Estrela (CEBSE), o Pacto com os Grupos de Acção Local, base de cooperação essencial para evitar duplicação e inovadora adoptando processos de co-decisão; cooperação transfronteiriça - Beira Interior Norte e Salamanca (BIN-SAL); as iniciativas PROVERE; o living Lab como base de cooperação entre empresas e o Sistema Científico e Tecnológico; o Parque de Ciência e Tecnologia Parkurbis; e a própria CIM-BSE como caso de maior integração territorial.

Subsiste espaço para melhoria na cooperação atendendo ao carácter recente da CIM, com potencial de optimização das infra-estruturas existentes, nomeadamente nas promoção económica, logística e transportes e 3o sector, saúde e cultura. Numa lógica de reconhecimento de recursos que ultrapassam as fronteiras das BSE, de referir a Água e o Rio Douro, que coloca ênfase numa estratégia entre o Côa e a Região do Douro. Na mesma linha de intervenção conjunta, está também o recurso associado às Termas e à forma como o actual cluster vai prosseguir as suas actividades enquanto iniciativa na sequência das Estratégias de Eficiência Colectiva levadas a cabo no anterior Quadro Comunitário 2007-2013.

Relativamente ao desenvolvimento de parcerias cabe referir que apesar de ser indiscutível a necessidade de envolvimento de diversas entidades, não estão ainda formalizados o processo e conteúdo da sua participação, pelo que não iremos, nesta fase, detalhar co-promotores. É também importante referir que o mapeamento – que envolve a interacção com entidades da AC desconcentrada (Saúde, Cultura, Segurança Social ou Agricultura) – se encontra a decorrer, incluindo os termos em que essa interacção se irá processar para desenvolvimento subsequente dos projectos que venham a ser seleccionados.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

O modelo de desenvolvimento territorial das Beiras e Serra da Estrela assenta numa ampla articulação com as preocupações de gestão eficiente do solo e do ordenamento do território, num princípio de primazia de reabilitação urbana e rural e na aplicação efectiva do novo modelo de gestão territorial assente na nova Lei de Bases do Solo e do Ordenamento do Território, novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RGIT) e novo Regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE).

Assim, o modelo de desenvolvimento corporizado nas opções do ITI encontra-se em total concordância com o novo modelo de desenvolvimento territorial da CIM BSE. Privilegiar-se-á a reabilitação do edificado, com a criação de condições para o investimento privado, por via da criação de Áreas de Reabilitação urbana, e respectivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, coordenados com as iniciativas de reabilitação urbana (Programas de Acção de Reabilitação Urbana), de mobilidade suave e programas de inclusão de populações desfavorecidas não só dos Municípios elegíveis para Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável, como para os restantes. O objectivo será estabelecer programas transversais a todos os Municípios, optimizando o modelo da organização e governação da Comunidade Intermunicipal.

A este propósito é igualmente de relevar a actuação das BSE em matéria de eficiência energética, de acordo com as tipologias de acção da prioridade de investimento 4c, e em matéria de reabilitação do património natural e cultural, de acordo com as tipologias de acção da prioridade de investimento 6c.

A aposta transversal dos Municípios que compõem as BSE nos equipamentos e iluminação em espaços e edifícios públicos, devidamente enquadrados em diagnósticos energéticos e respectivas auditorias, consubstancia a intervenção territorial neste âmbito, por forma a promover o aumento da eficiência energética da Região e a dinamização das infra-estruturas.

Esta preocupação coordena-se integralmente com os objectivos de reabilitação de espaços e infra-estruturas públicas que serão desenvolvidos nos respectivos Programas de Acção de Reabilitação Urbana.

No que se refere ao património, as BSE encaram este domínio como uma área-chave de intervenção territorial, atendendo ao conjunto de activos e de recursos endógenos de que dispõem, tanto a nível de património cultural (monumentos de interesse municipal), como de património natural e à importância da sua conservação como base de dinamização económica e fruição por diversos públicos-alvo. Neste quadro, e numa óptica de organização territorial óptima, articulada com os modelos de reabilitação e regeneração urbana, esta aposta dos municípios visa precisamente salientar o que existe de notável e singular de forma a conceder aos habitantes e aos visitantes uma experiência singular de vivência, essencial para o reforço concorrencial da região perante as áreas envolventes.

E esse esforço far-se-á sentir quer ao nível do património edificado quer ao nível do património natural. No que se refere aos recursos e património natural, as BSE posicionam-se como a “Origem da Água” (bacias hidrográficas, barragens, abastecimento de água, energia, pesca, turismo), que apresenta também a maior rede de áreas protegidas do País, através das Serras da Estrela, Malcata, Gardunha e Côa. A intervenção das BSE deve passar por otimizar e preservar estes recursos numa óptica de rede, que sinalize e explore a valia económica, social e cultural destes activos, associando os recursos a actividades turísticas e alavancando-os em produtos endógenos, nomeadamente agro-industriais. Neste quadro, e de acordo com o modelo territorial adoptado, a regeneração urbana articular-se-á intrinsecamente com a regeneração rural e, intrinsecamente, com a regeneração (e preservação) natural.

No caso da mobilidade sustentável, estabelecer-se a uma política integrada ao nível da CIM.

A articulação entre usos do solo e transportes tem como objectivos fundamentais potenciar a redução das distâncias de viagem e a diminuição das viagens motorizadas, com o objectivo de promover uma diminuição global da mobilidade motorizada, assegurar que o conjunto de viagens realizadas em função dos usos de solo de uma dada zona possa ser absorvido com qualidade pelo sistema de transportes e favorecer a utilização dos transportes colectivos e dos modos suaves, menos consumidores de espaço e com menor carga ambiental. Neste quadro, serão estabelecidas opções de optimização do transporte colectivo e individual, com a integração nesta proposta de soluções partilhadas de “parque de máquinas” tendo em vista a optimização em rede de hardware motorizado tendo em vista a eficiência acrescida de na sua utilização.

No mesmo sentido, encontram-se previstas soluções tecnológicas para a mobilidade de populações mais desfavorecidas e de prestação de cuidados médicos (telemedicina), só para citar alguns exemplos.

Finalmente, no terceiro eixo – inclusão de populações desfavorecidas – a CIM BSE optou por incluir uma verba de € 15 milhões na PI9a, referente às infra-estruturas e equipamentos sociais. Efectivamente, e na ausência de mapeamento, esta vertente é essencial perante o modelo territorial das BSE. A pulverização populacional e o seu perfil de envelhecimento implica um apoio social fortalecido. Por outro lado, é necessário o reforço dos programas de redução do abandono escolar, essencial para a criação de riqueza futura, evitando-se a espiral de pobreza.

Neste quadro, a articulação entre o ITI e os modelos de desenvolvimento territorial integrados é claro e visível, sendo totalmente potenciados pela subsequente política de cidades (para os eixos urbanos) e pelos programas PROVERE. Neste quadro, o modelo ITI pressupõe uma estreita articulação entre a diversas vertentes de desenvolvimento territorial com optimização das redes existentes (aldeias de Xisto, Montanha, Histórias e Judiaria), e com as entidades do terceiro sector, nas diversas vertentes de actividade, tendo em vista a potenciação e o desenvolvimento integrado de toda a região das BSE.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

A CIM-BSE baseia a sua intervenção no território nos seguintes fundamentos económicos e sociais:

- Aposta na baixa densidade enquanto elemento diferenciador e de criação de riqueza
 - Enfoque no território como elemento de criação de riqueza: desenvolvimento sustentável, crescimento verde, agro-industrial e turismo
 - Dinamização de boas práticas de regeneração urbana (Aldeias Históricas, de Xisto e de Montanha, Rede de Judiarias e Áreas de Reabilitação Urbana)
 - Aposta na indústria como forma de aumentar o valor acrescentado e a vocação exportadora das BSE.
- A este respeito, há que destacar o que de melhor se tem feito, nomeadamente boas práticas de regeneração e de preservação desse património, e apostar numa lógica de re-industrialização do território, no sentido de aumentar o valor acrescentado e a vocação exportadora.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A identidade do território e das populações que integram a CIM-BSE nasce de uma herança que se caracteriza por ser forte, genuinamente interior, autêntica enquanto território único e herdeira dos desígnios iniciais da fundação, fonte de produtos e marcas que são ícones da agricultura e da gastronomia nacionais, símbolo de preservação de património histórico, religioso, cultural e natural. É também central à identidade da Região o espírito de não conformação às dificuldades, de que resulta uma herança importante em termos industriais e agrícolas. Com alguns dos sectores tradicionais afectados pela globalização, a capacidade e o sacrifício dos empresários da região tem sido essencial para: ? Proteger os produtos tradicionais, assegurando a sua adaptação às exigências modernas de mercado sem deixar de respeitar os princípios artesanais que lhes granjearam reconhecimento, e acautelando a protecção das marcas que os ligam ao território; ? Dinamizar novas actividades económicas que valorizam o património natural, cultural e arquitectónico, projectando a imagem da Região pela promoção de novos fluxos turísticos e de uma maior visibilidade global dos produtos regionais; ? Inovar assegurando uma melhor ligação à Universidade e aos centros de investigação e aproveitando a maior qualificação das populações para atrair novas actividades de valor acrescentando, baseadas nas novas tecnologias e na capacidade de acesso instantâneo aos mercados globais. O território das BSE apresenta uma Visão autêntica, inclusiva, empreendedora e internacional. Neste contexto, a Estratégia da Região estrutura-se em torno de quatro eixos estratégicos e de dois eixos transversais. Os quatro eixos - (i) atractividade e conectividade; (ii) posicionamento estratégico com base na inovação e no conhecimento; (iii) região inclusiva; e (iv) região sustentável – estão estruturados de acordo com dois princípios-base: ? Envolvimento inclusivo de entidades no Plano: municípios, mas também empresas, sistema científico e tecnológico, entidades da saúde e do terceiro sector, bem como outros facilitadores; ? Aposta em projectos de redes/parcerias. Para além dos eixos estratégicos da EIDT-BSE, consideram-se dois eixos transversais à EIDT-BSE. Um primeiro eixo reporta à governação do Plano e pretende reconhecer explicitamente a importância de capacitar a CIM resultante da fusão para gerir, implementar, comunicar e negociar o Plano. Um segundo eixo refere-se à interconectividade e visa integrar todos os projectos e iniciativas cujo racional está em linha com o plano estratégico de desenvolvimento das Beiras e Serra da Estrela, mas cujas características - seja de âmbito, seja de dimensão - os colocam fora do financiamento no âmbito da EIDT. De facto, o diagnóstico estratégico deve ser exaustivo, não se cingindo às fronteiras de acção por via da EIDT-BSE. Este eixo de interconectividade refere-se, também, aos projectos e iniciativas que relacionam o território das BSE com o seu meio envolvente, desde outras NUTS III, passando por NUTS II ou mesmo limites transfronteiriços. No que se refere à definição e a selecção de projectos a implementar no âmbito do PDCT BSE – é de salientar que a concretização dos quatro eixos estratégicos e dos dois eixos transversais do BSE 2020 exige a definição de áreas temáticas, que permitem, numa perspectiva funcional estruturar a intervenção do território das Beiras e Serra da Estrela. Neste contexto, a estratégia e respectivos eixos consubstanciam-se em cinco áreas temáticas: ? Inovação, Internacionalização e Atracção de Investimento Produtivo; ? Turismo e Agro-Industrial; ? Logística, Mobilidade e Serviços Básicos; ? Capital humano e modernização administrativa; ? Saúde, terceiro sector e desenvolvimento social. Estes domínios de intervenção da EIDT BSE 2020, reflectindo as valências e recursos deste território, estão também alinhados com a RIS3 do Centro. A este respeito, importa destacar o alinhamento com as seguintes quatro áreas temáticas. O território das BSE tem como cartão de visita um conjunto de recursos endógenos que tem potencial para alavancar as dinâmicas económica, demográfica e social. No que respeita aos produtos agrícolas, a RIS 3 já destaca o padrão de especialização do Centro, associado a actividades como a pecuária, a fruticultura ou a indústria agro-alimentar. As BSE dispõem de um conjunto de produtos – lacticínios, fruta, enchidos – cuja produção e transformação está associada a métodos tradicionais e a um património cultural que os torna produtos de nicho e de excelência. No que respeita à actividade florestal, outro domínio diferenciador do Centro, o território das BSE dispõe de um património natural rico e que necessita de uma adequada gestão, planeamento e exploração, numa dupla lógica de valorização e protecção. Para além do combate à desertificação do solo que alguns stakeholders locais destacaram, existe um potencial interessante de exploração económica associado à produção de biomassa. O turismo é, sem dúvida, uma actividade económica central para o território das BSE, que funciona como chapéu de um conjunto de outros activos locais. Com efeito, a diferenciação da oferta turística deste território assenta nos seguintes activos: ? Produtos do território, resultantes das actividades agro-alimentares; ? Marcas territoriais, rede de infra-estruturas e equipamentos rurais existentes: Serra da Estrela, Aldeias de xisto, Aldeias históricas, Rede de judiarias, etc.; ? Património e actividades culturais ? Património paisagístico como base de aposta no turismo natureza ? Competências na área da saúde e na rede de equipamentos termais como

base de aposta nas prestação de cuidados de saúde especializados e nos segmentos de turismo senior e de turismo de bem-estar. A oportunidade reconhecida na RIS3 do Centro, de responder aos novos padrões de consumo com enfoque em destinos que ofereçam experiências diversificadas, autênticas e de contacto com a natureza, encontra portanto eco nos recursos e no perfil do território das Beiras e Serra da Estrela. A quarta área de especialização temática do Centro com potencial neste território tem a ver com a Saúde e Bem-Estar. Para além das unidades hospitalares de referência, este território conta com uma boa oferta de alojamentos e com a existência de projectos relevantes na prestação de cuidados de saúde em territórios de baixa densidade. Mais estruturalmente, o território das BSE tem a beneficiar da aposta na inovação rural, atendendo às especificidades de baixa densidade que o caracterizam. O desenvolvimento de soluções integradas de transporte, de cuidados de saúde e de assistência social, que tirem partido das TIC, bem como de um planeamento em rede dos agentes locais, é condição de reforço de atractividade territorial e de qualidade de vida dos cidadãos.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Consolidar uma região sustentável	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	11576 47,00	578823 5,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	2 400 000,00€

09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;	FEDER	Promover uma região inclusiva	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	0,00	2,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	670 000,00€
10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	Promover uma região inclusiva	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	11293,00	11293,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	0,00	25,00	15 090 000,00€
02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	Serviços da Administração Pública apoiados	1,00	5,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	0,00	65,00	2 600 000,00€

06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	Reforçar a atratividade e conectividade do território	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	51000,00	85000,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,00	0,00	5 859 500,00€
10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	FSE	Promover uma região inclusiva	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	0,00	60,00	6 500 000,00€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	Empresas que beneficiam de apoio	12,00	20,00	Postos de trabalho criados	0,00	28,00	1 500 000,00€

08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	96,00	160,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	0,00	50,00	2 500 000,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	800 000,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	Consolidar uma região sustentável	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	3046439,00	15232197,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	0,00	0,00	5 250 000,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Consolidar uma Região sustentável	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	1 429 700,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização	Indicador de Resultado	Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
--	-------	---------------------------------------	-------------------------	------------------------	--

		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável	Sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	2,00	2,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável	Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	25,00	25,00				0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável				Entidades envolvidas nos sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	20,00	20,00	0,00€

05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável				Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de informação e de monitorização	15,00	15,00	0,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	Consolidar uma Região sustentável				Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	13,00	13,00	0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Consolidar uma Região sustentável	Segurança de Barragens	3,00	3,00				0,00€
03.M04 - Valorização dos recursos florestais	FEADER	Consolidar uma Região sustentável	Regadios tradicionais	364,00	455,00				0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	33 369 500,00€
FSE	9 000 000,00€
FC	800 000,00€
FEADER	1 429 700,00€
Total	44 599 200,00€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

A actuação conjunta dos 15 Municípios no território nas diversas áreas temáticas contribuirá para o alcance das seguintes metas macro em 2025, tal como definido em sede de EIDT:

- Peso das exportações no PIB: 30% face aos 17% em 2013
- Despesas de I&D no PIB: 1,5% face aos 0,8% em 2012
- Taxa de natalidade das empresas: 15% face aos 10% em 2012
- PIB per capita: 15.000€ face aos 10.370€ em 2013
- Abandono escolar precoce: 12% face aos 17% em 2011
- Taxa bruta de escolarização do ensino superior: 55% face aos 45% em 2013/14
- Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário: 40% face aos 31% em 2010/11
- Índice de disparidade do PIB por habitante: 85% face aos 74% em 2013.

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

Os princípios do modelo de governação estão alinhados com o modelo definido para o Portugal 2020:

- ? Racionalidade económica: afectação de fundos baseada numa aferição prévia da mais-valia dos projectos
- ? Concentração de prioridades
- ? Disciplina financeira
- ? Transparência na informação sobre os projetos e avaliação dos resultados
- ? Orientação para resultados

O modelo de governação baseia-se no previsto na EIDT CIM-BSE, envolvendo três órgãos básicos: (i) Comité Diretivo: órgão coincidente com o Conselho Intermunicipal da CIM e que terá a seu cargo a liderança política e estratégica do PDCT das Beiras e Serra da Estrela, chamando a si contributos do Conselho Consultivo e informação da Direção de Projetos; (ii) Conselho Consultivo: órgão com representantes dos interesses empresariais, da academia, das organizações locais, da saúde e do 3º sector. Tem por missão o aconselhamento do Comité Diretivo para alinhamento com iniciativas dos agentes da região; e (iii) Direção de projetos e consórcios: órgão encarregue da gestão operacional e da monitorização dos projetos. Será organizado por áreas temáticas, em função do próprio PDCT e das declinações que o Comité Diretivo considere adequadas. Esta estrutura contará com membros da CIM e colaboradores dos Municípios e dos parceiros.

O Comité Diretivo, liderado pelo Presidente da CIM-BSE, reunirá com periodicidade mensal, incluindo na sua ordem de trabalhos pelo menos os seguintes pontos:

- ? Avaliação de alterações ao enquadramento com potencial impacto na EIDT
- ? Análise do reporte mensal da Direção de Projetos e Consórcios quanto aos projetos previstos no Pacto (execução física, financeira e indicadores de impacto);
- ? Análise dos contributos recebidos do Conselho Consultivo;
- ? Análise dos impactos das orientações recebidas da CCDR-Centro, bem como dos relatórios de reporte àquela entidade;
- ? Identificação de oportunidades para melhorar execução dos projetos e aumentar a integração intermunicipal dos mesmos;

? Análise e aprovação dos relatórios semestrais a submeter à consideração do Conselho Consultivo.

O Comité Diretivo delibera sobre a nomeação dos membros do Conselho Consultivo, bem como sobre a criação, composição e forma de funcionamento das equipas responsáveis por cada área temática a cargo da Direção de Projetos e Consórcios.

Uma súmula das conclusões do Comité Diretivo será regularmente divulgada pela página web da CIM, com o objetivo de manter todos os stakeholders informados sobre o ponto de situação global do Pacto bem como sobre medidas específicas relativas a projetos desenvolvidos ao abrigo do mesmo.

O Conselho Consultivo será presidido pelo Presidente da CIM e composto, pelo menos, por representantes das seguintes entidades: Associações empresariais, Parkurbis, Universidade da Beira Interior, Instituto

Politécnico da Guarda, Centro Hospitalar da Cova da Beira, Representantes dos PROVERE, das ADL, das IPSS, Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM BSE, bem como Representantes do IEFP e do IAPMEI.

O Conselho Consultivo reunirá ordinariamente com periodicidade semestral, tendo em vista:

? Recolher contributos dos representantes sobre iniciativas consideradas pertinentes face à EIDT e ao aprofundamento dos projetos incluídos no Pacto

? Apreçar os relatórios preparados pelo Comité Diretivo

? Emitir orientações e recomendações que visem um melhor alinhamento da execução do Pacto com os interesses representados no Conselho.

A Direção de Projetos e Consórcios, liderada pelo Secretário Executivo da CIM-BSE, tem como função a interação com os seguintes stakeholders e preparação de reportes.

? AG dos Programas e instrumentos aplicáveis, incluindo a CCDRC

? Pontos de contacto dos 15 Municípios para intermediação

? Diversos stakeholders, numa lógica de aproveitamento das estruturas de governação existentes (ex. entidades promotoras dos PROVERE, GAL)

A Direção de Projetos coordenará equipas temáticas, envolvendo uma colaboração ativa com os promotores, que farão o acompanhamento e monitorização regulares da execução dos projetos.

A atividade operacional do PDCT será assegurada por uma equipa técnica de recursos da CIM-BSE e dos diversos Municípios e dirigida pelo Coordenador da CIM-BSE com as seguintes funções principais:

? Assegurar as atividades necessárias ao desenho, implementação e funcionamento dos sistemas e instrumentos de gestão adequados ao acompanhamento, controlo e avaliação das candidaturas recebidas e dos projetos aprovados, nas suas componentes financeira, física e técnica

? Assegurar a articulação com as equipas técnicas de cada projeto

? Contactar com as estruturas intersectoriais e veículos de governação de geometria variável já existentes

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

O acompanhamento do PDCT será baseado num sistema de business intelligence alimentado pela recolha de dados relativos à execução dos projetos e à evolução dos indicadores de impacto. Onde aplicável, este sistema basear-se-á em inputs já existentes nos sistemas de informação dos parceiros de cada projeto, evitando a duplicação de conteúdos e assegurando a consistência de dados.

A tipologia de dados a monitorizar ao longo do desenvolvimento do PDCT inclui:

- ? Caracterização geográfica, económica, empresarial e social dos 15 municípios que compõem as três NUT III integradas na CIM-BSE
- ? Informação relevante sobre os projetos incluídos no PDCT, ao nível de:
 - ? Identificação e caracterização dos promotores
 - ? Identificação processual dos projetos
 - ? Datas-chave na evolução dos projetos
 - ? Elementos financeiros (orçamentados e executados)
 - ? Indicadores de resultado (estimados e concretizados), alinhados com
 - ? Métricas de impacto global que não sejam aferíveis ao nível do projeto
- ? Informação relevante sobre as atividades de gestão e acompanhamento do PDCT (datas de reunião, presenças, principais conclusões)
- ? Informação relevante sobre as atividades de divulgação dos trabalhos e resultados relacionados com o PDCT

O modelo de dados utilizado terá em conta a preocupação de permitir acompanhar a racionalidade e a coerência das intervenções, de acordo com os domínios de intervenção e a tipologia de operações selecionadas, tanto a nível do Pacto como do PO Centro, para que o dispositivo concreto de monitorização seja estruturado em torno do padrão de resultados e efeitos esperados.

Este sistema disponibilizará o acesso a todos os stakeholders identificados pelo Comité Diretivo, em tempo real, à síntese dos principais dados disponíveis. Permitirá ainda a preparação de relatórios regulares, com base em modelos pré-definidos, que suportarão os trabalhos do Comité Diretivo e do Conselho Consultivo.

A avaliação, não constituindo um fim em si mesmo, deve ser um processo em permanente construção, com um elevado potencial de adaptabilidade às necessidades de gestão e de orientação política e estratégica do PDCT. A avaliação concorrerá para o sucesso do Pacto, pretendendo-se que seja um processo:

- ? Participado, promotor do envolvimento e da coresponsabilização das partes interessadas
- ? Pragmático ao nível dos métodos e recursos
- ? Flexível
- ? Útil e utilizável

Os objetivos gerais do processo de avaliação são:

- ? Planeamento/eficiência: analisar a justificação dos projetos e dos recursos alocados
- ? Responsabilidade: em que medida é que determinado projeto alcançou os seus objetivos e de que forma utilizou recursos
- ? Implementação: de que forma aumentar a eficiência e eficácia dos projetos
- ? Capacitação institucional: melhorar e desenvolver as capacidades entre os participantes nos projetos

A avaliação do PDCT será efetuada numa base bienal, com recurso a um Observatório composto por:

- ? Presidente da CIM, que preside
- ? Representante da Assembleia Intermunicipal
- ? Representante da CCDR-Centro
- ? Representante do Conselho Consultivo
- ? Perito externo com reconhecida competência em matéria de avaliação de políticas públicas, nomeadamente em regiões de baixa densidade populacional

O perito externo produzirá um relatório, suportado em evidência quantitativa e na auscultação dos principais stakeholders do PDCT, de que constarão:

- ? As principais observações relativas aos aspetos considerados como melhor ou pior conseguidos na implementação do Pacto
- ? Recomendações práticas no sentido de melhorar a implementação nos períodos seguintes

Este relatório será objeto de análise e discussão pelos restantes membros do Observatório, resultando numa versão final remetida ao Comité Diretivo para ser publicamente divulgada.

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

O PDCT da CIM-BSE assume um elevado grau de integração dos stakeholders locais, incluindo no estabelecimento parcerias operacionais para a execução de projetos.

O envolvimento mais imediato dos parceiros a nível da estrutura organizacional e de execução do Pacto é assegurado a 3 níveis:

? Institucional – pela estrutura, composição e responsabilidades do Conselho Consultivo, que terá um papel central na monitorização da execução do Pacto e na emissão de recomendações que assegurem o alinhamento permanente com os interesses dos atores económicos e sociais da região

? Operacional – pela sua participação nas equipas temáticas da Direção de Projetos, que resulta num envolvimento alargado nos projetos da respetiva área temática, contribuindo para a coerência e consistência dos mesmos

? Executivo – nos projetos desenvolvidos em parceria, em que se prevê a possibilidade de existência de veículos que envolvam o contributo de recursos e em que mesmo a liderança da execução poderá estar atribuída a parceiros

Nesta área, destaca-se a importância das reuniões semestrais do Conselho Consultivo como momento privilegiado para recolha dos contributos dos parceiros, tanto em matéria de feedback sobre os projetos em curso como de recomendações sobre possíveis áreas de melhoria, tanto em matéria estratégica como operacional.

Sem prejuízo das iniciativas de articulação direta que o Comité Diretivo venha a organizar com os principais agentes envolvidos em outras iniciativas passíveis de cofinanciamento por fundos estruturais (PROVERE, GAL, etc.), a participação destas entidades no Conselho Consultivo assegura uma articulação regular de esforços, recursos e resultados, contribuindo assim para uma maior eficiência na alocação dos recursos públicos.

O Comité Diretivo irá ainda dinamizar um workshop anual, aberto à sociedade civil, para apresentação dos dados disponíveis em matéria de execução do Pacto, bem como para debate alargado sobre a estratégia em curso e os resultados alcançados.

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
09.07	Criação da unidade de Medicina Nuclear (CHCB, Fundão)	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	0,00€	2014	Fundão	100,00
09.07	Extensão de saúde de Seia	506676170	MUNICÍPIO DE SEIA	0,00€	2014	Seia	100,00
02.03	Programa de Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	2 600 000,00€	2015		100,00
03.M04	Regadios e Outras Infra-estruturas Colectivas das Beiras e Serra da Estrela: Vários	000000000	Administração pública local; associações de regantes/beneficiários ou similares	1 080 350,00€	2014		100,00
04.03	Plano de Eficiência Energética Beiras e Serra da Estrela - Iluminação pública	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	5 250 000,00€	2015		100,00

08.08	Viveiros de empresas e microempresas	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	1 500 000,00€	2014		100,00
08.03	Emprego por conta própria e empreendedorismo	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	2 500 000,00€	2014		100,00
09.07	Rede de Mobilidade de Baixa Densidade: UMS e Sistemas de transporte	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	500 000,00€	2014		100,00
09.07	Projecto de teleassistência Beiras e Serra da Estrela	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	0,00€	2014		100,00
09.07	Rede de infraestruturas e de equipamentos sociais das Beiras e da Serra da Estrela	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	0,00€	2014		100,00
03.M04	Segurança Barragens	600082466	DRAP – Centro	349 350,00€	0		100,00
04.03	Plano de Eficiência Energética Beiras e Serra da Estrela - Piscinas	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	2 400 000,00€	0		100,00
10.05	Intervenções na EBS Dr. José Casimiro Matias em Almeida, EBS de Vilar Formoso e Pré-escolar de Vilar Formoso	506625419	MUNICÍPIO DE ALMEIDA	339 611,00€	0		100,00
05.02	Investimento para riscos específicos e resistência a Catastrofes	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	800 000,00€	0		100,00
10.05	Centro Escolar de Caria	506695956	MUNICÍPIO DE BELMONTE	179 014,27€	0		100,00
10.05	Intervenções na EB1 e JI da Lageosa do Mondego e EB1 Santa Luzia - Escolas de Acolhimento	506849635	MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA	256 606,73€	0		100,00
06.03	Programa de Valorização do Património Beiras e Serra da Estrela	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	1 996 250,00€	0		100,00
06.03	Muralhas da Praça de Almeida	506625419	MUNICÍPIO DE ALMEIDA	850 000,00€	0		100,00

06.03	Castelo de Belmonte	506695956	MUNICÍPIO DE BELMONTE	170 000,00€	0	100,00
06.03	Torre Centum Cellas	506695956	MUNICÍPIO DE BELMONTE	403 750,00€	0	100,00
06.03	Torre de Almofala	505987449	MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	400 000,00€	0	100,00
06.03	Sé da Guarda	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	340 000,00€	0	100,00
06.03	Castelo de Longroiva	505161974	MUNICÍPIO DE MÊDA	315 000,00€	0	100,00
06.03	Castelo de Marialva	505161974	MUNICÍPIO DE MÊDA	85 000,00€	0	100,00
06.03	Castelo de Pinhel	506787249	MUNICÍPIO DE PINHEL	357 500,00€	0	100,00
06.03	Castelo de Alfaiates	506811662	MUNICÍPIO DE SABUGAL	340 000,00€	0	100,00
06.03	Requalificação da Torre dos Ferreiros	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	500 000,00€	0	100,00
09.07	Construção da US de S. Romão	506676170	MUNICÍPIO DE SEIA	170 000,00€	0	100,00
10.01	Programa de Combate ao Abandono Escolar Beiras e Serra da Estrela	513025766	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	6 500 000,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	84 818,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	145 310,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	238 770,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e apetrechamento de escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	63 693,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e apetrechamento de Jardins de Infância	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	47 050,00€	0	100,00
10.05	Remodelação/Adaptação da Escola EB2 a Centro Escolar de FCR	505987449	MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	304 752,00€	0	100,00
10.05	REqualificação de Infraestruturas e Equipamentos do Ensino Pré Escolar e Básico	505592959	MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES	189 683,00€	0	100,00

10.05	Requalificação e Apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento Serra da Gardunha	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	200 000,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e Apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas do Fundão	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	200 000,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e Apetrechamento de Jardins de Infância do Agrupamento Serra da Gardunha	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	61 226,00€	0	100,00
10.05	Requalificação e Apetrechamento de Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas do Fundão	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	42 560,00€	0	100,00
10.05	Centro Escolar da Guarda	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	500 000,00€	0	100,00
10.05	Qualificação e Modernização da Escola JI/EB1 de Moimenta da Serra	506510476	MUNICÍPIO DE GOUVEIA	316 006,00€	0	100,00
10.05	Requalificação das Escolas de Manteigas	506632946	MUNICÍPIO DE MANTEIGAS	168 293,00€	0	100,00
10.05	Requalificação de Escolas do 2º ciclo	505161974	MUNICÍPIO DE MÊDA	238 725,00€	0	100,00
10.05	Centro Escolar de Pinhel	506787249	MUNICÍPIO DE PINHEL	345 057,00€	0	100,00
10.05	Infraestruturação da Rede escolar: EB do Soito e EB e Pré Escolar da Cidade do Sabugal	506811662	MUNICÍPIO DE SABUGAL	469 519,00€	0	100,00
10.05	Requalificação das Escolas Pré Escolar e Ensino Básico do concelho de Seia (Paranhos da Beira, Sandomil, Santiago, Toroselo, Tourais/Paranhos, Dr. Abranches Ferrão e Tourais)	506676170	MUNICÍPIO DE SEIA	464 517,00€	0	100,00
10.05	Centro Escolar da Ribeirinha	501143726	MUNICIPIO DE TRANCOSO	312 046,00€	0	100,00
10.05	ES do Fundão	506215695	MUNICÍPIO DO FUNDÃO	2 000 000,00€	0	100,00
10.05	ES de Pinhel	506787249	MUNICÍPIO DE PINHEL	1 500 000,00€	0	100,00
10.05	ES Frei Heitor Pinto	505330768	MUNICIPIO DA COVILHÃ	2 800 000,00€	0	100,00
10.05	EBS Sacadura Cabral	506849635	MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA	2 000 000,00€	0	100,00
10.05	ES de Seia	506676170	MUNICÍPIO DE SEIA	300 000,00€	0	100,00
10.05	Requalificação das Escolas que integram o Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	224 861,05€	0	100,00

10.05	Requalificação das Escolas que integram o Agrupamento de Escolas da Sé	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	397 881,95€	0		100,00
10.05	EBS da Sé	501131140	MUNICIPIO DA GUARDA	700 000,00€	0		100,00
06.03	Igreja de Santa Marinha de Moreira de Rei	501143726	MUNICIPIO DE TRANCOSO	102 000,00€	0		100,00

Ex.mo Senhor Presidente
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da
Estrela
Lg Paço do Biu, 3
6300-592 Guarda

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Centro2020 21/15

05 OUT. 2015

CENTRO 2020 - Secretaria Virtual

 **Assunto:** Envio do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Exmo Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela,

Junto se envia do documento, devidamente assinado, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Os meus melhores cumprimentos,

Comissão Diretiva



(Dra. Isabel Damasceno)

